

## Medicalização da infância: estudo bibliográfico de publicações na área educacional entre 2002 e 2017

### Medicalization of childhood: a bibliographic study of publications in the educational area between 2002 and 2017

Jaqueline da Silva TEODORO\*

Luciana Aparecida Nogueira da CRUZ\*\*

**RESUMO:** O uso de medicamentos, em especial o metilfenidato, por crianças diagnosticadas com transtornos de comportamento e/ou de aprendizagem, cresce, exageradamente, no Brasil. Neste estudo, apresentamos o resultado de uma pesquisa bibliográfica de artigos sobre a medicalização da infância, publicados entre 2002 e 2017. Seleccionamos trinta artigos, destacando o ano de publicação, as revistas, as áreas de pesquisa dos autores e seus posicionamentos quanto à indicação e/ou ao uso de psicofármacos por crianças com diagnósticos frutos de queixas de problemas escolares. Nessas análises descritivas buscamos quais são as contribuições das publicações para a Educação. Os resultados indicaram que 90% dos trabalhos têm pelo menos um autor da área da Psicologia. Todos os autores dos artigos selecionados fizeram críticas à patologização e à medicalização das crianças como forma de escamotear fatores sociais. Diante dos indicadores obtidos, concluiu-se que há necessidade de mais reflexões problematizando o fenômeno, além de discussões que busquem a superação da medicalização da infância. É imprescindível que profissionais da Educação compreendam as causas e consequências desse fenômeno.

**PALAVRAS-CHAVE:** Estudo bibliométrico; Medicalização; Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade; TDAH; Metilfenidato.

**ABSTRACT:** The use of medications, especially methylphenidate, by children diagnosed with behavioral and/or learning disorders, grows, exaggeratedly, in Brazil. In this study, a bibliographic search of articles on the medicalization of childhood, published between 2002 and 2017 is carried out. Selection of thirty articles, highlighting the year of publication, the journals, the research areas of the authors and their positions regarding the indication and / or the use of psychotropic drugs by children diagnosed with complaints of school problems. In these descriptive analyzes we seek what are the contributions of publications to Education. The results indicated that 90% of the works have at least one author in the field of Psychology. All authors of the selected articles criticized the pathologization and medicalization of children as a way to hide social factors. Given the obtained indicators, it is concluded that there is a need for more reflections problematizing the phenomenon, in addition to discussions that seek to overcome the medicalization of childhood. It is essential that education professionals understand the causes and consequences of this phenomenon.

**KEYWORDS:** Medicalization; Attention deficit hyperactivity disorder; ADHD; Methylphenidate.

## 1 Introdução

\* Jaqueline da Silva Teodoro é pedagoga pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, <https://orcid.org/0000-0002-5688-9481>, e-mail para contato: [teodorosjaqueline@gmail.com](mailto:teodorosjaqueline@gmail.com)

\*\* Luciana Aparecida Nogueira da Cruz é doutora em Educação pela Universidade Estadual Paulista – UNESP, <https://orcid.org/0000-0003-3931-1060>, e-mail para contato: [luciana.cruz@unesp.br](mailto:luciana.cruz@unesp.br)

Atualmente, nas escolas, o número de crianças diagnosticadas com algum tipo de transtorno de comportamento e/ou de aprendizagem é alarmante. Como consequência, a educação vem passando por um fenômeno conhecido por “medicalização da infância”.

É cada vez mais comum que crianças comportem-se de modo diferente do esperado pelo sistema educacional. De acordo com Lacet e Rosa (2017), o diagnóstico do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) chega a abranger entre 4% e 10% das crianças do mundo todo. Para a maioria desses diagnósticos, são prescritos psicofármacos, principalmente o metilfenidato, vendido no mercado farmacêutico como Ritalina® ou Concerta®. Benedetti e colaboradores (2018) apontam que “[...] essa prescrição acontece com um exame clínico pautado, na grande maioria das vezes, apenas no relato dos pais; não há, em muitos casos, uma investigação mais profunda da real condição da criança frente a essas dificuldades” (BENEDETTI *et al.*, 2018, p. 78).

Os profissionais da área médica parecem concordar que o número de diagnósticos de TDAH e a prescrição de medicamentos para crianças e para adolescentes, no Brasil, são exagerados. Pesquisa realizada por psiquiatras e por neurologistas da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), do Instituto Glia de pesquisa em neurociência e do Albert Einstein College of Medicine (EUA), com 5.961 sujeitos entre 4 e 18 anos de idade, em 16 estados do Brasil e no Distrito Federal, apontou que cerca de 75% de crianças e adolescentes que fazem uso de psicofármacos para TDAH não foram diagnosticados corretamente (BRITTO, 2011).

[...] um número cada vez maior de crianças e adolescentes e, em idade cada vez mais precoce, é medicado de forma a tentar sanar sintomas das crianças, sem considerar o contexto no qual se apresentam; não levando em conta, também, as complexas manifestações singulares de cada sujeito. Assim, no lugar de considerar um psiquismo em estruturação, supõe-se um déficit neurológico (GUARIDO, 2010, p. 29).

Moysés e Collares (2010) destacam os dados do Instituto de Defesa dos Usuários de Medicamento que em um período de dez anos (1993 a 2003) a produção mundial de metilfenidato cresceu 400%. Dados do Boletim de Farmacoepidemiologia da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), publicado em 2013, demonstram que, entre 2009 e 2011, o consumo do metilfenidato, especialmente entre crianças e adolescentes com idades que variam dos seis aos 16 anos, aumentou 75%. Ribeiro e Gonçalves (2015) destacam que o Brasil passou a ocupar a segunda posição de maior consumidor de Ritalina® no mundo, perdendo apenas para os Estados Unidos.

Apesar de muito consumido atualmente, o metilfenidato foi sintetizado em laboratório pela primeira vez em 1944, pelo químico Leandro Panizzon. O químico e sua esposa, Marguerite, utilizaram a substância e descreveram-na como um estimulante do humor. Nos primeiros anos de comercialização do metilfenidato nos Estados Unidos, seu uso era destinado a pessoas de meia idade, para tratamento de depressão, de letargia e de comportamento senil (MYERS, 2007 *apud* DOMITROVIC; CALIMAN, 2017).

O público-alvo do medicamento, no início de sua comercialização, era bem diferente do público-alvo atual. No início dos anos de 1950, a psiquiatria infantil ainda não incluía o uso de medicamentos em sua prática, pois baseava-se em uma noção de desenvolvimento, tomando a inteligência como algo mensurável para diferenciar crianças “normais” de crianças “anormais”. As consideradas “anormais” ou de baixa inteligência, classificadas de “idiotas”, também eram vistas pela psiquiatria como “desviantes morais”, por isso era indicada uma educação disciplinar por meio de práticas pedagogizantes (CALIMAN, 2006 *apud* DOMITROVIC; CALIMAN, 2017).

Na década de 1960, a partir da publicação de Leon Eisenberg, o medicamento começa a tornar-se popular para o tratamento de crianças com distúrbios de aprendizagem e de comportamento, como o TDAH (DOMITROVIC; CALIMAN, 2017; KAISER, 2011). Dessa forma, demonstra-se que a origem do metilfenidato não se deu após uma pesquisa para tratamento de patologia específica: suas indicações foram sendo redefinidas gradualmente.

A partir de então, o metilfenidato passou a ser visto como eficaz no tratamento de crianças. O público-alvo do remédio foi direcionado, mudando-se, também, a indicação clínica. As crianças vistas como “desviantes morais” perdem o *status* de incuráveis e passam a ser alvo de psicoestimulantes.

Durante o século XX, problemas indicativos de desvios da infância já eram descritos com diversos nomes, a saber: “encefalite letárgica”, “dano cerebral mínimo”, “doença do déficit de atenção”. Nos anos de 1980, com a publicação do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-III), nomeia-se TDAH o problema que poderia ser diagnosticado a partir de três listas de sintomas, quais sejam: (i) déficit de atenção, (ii) impulsividade e (iii) hiperatividade (BRZOZOWSKI *et al.*, 2010).

Dessa forma, com a divulgação dos manuais para identificar possíveis transtornos mentais, problemas como o TDAH passaram a ser caracterizados por uma série de sintomas. O tratamento, por meio de medicamentos, passou a ser a principal alternativa.

Apesar de o metilfenidato já ser consumido em alguns países desde a década de 1950, no Brasil, a Ritalina® passou a ser comercializada apenas em 1998 e o Concerta®, em 2002 (DOMITROVIC; CALIMAN, 2017). Relativamente recente, a entrada dos psicoestimulantes no país, com nomes comerciais de Ritalina® e de Concerta®, desde a sua inserção no mercado farmacêutico causou consequências do uso contínuo desse medicamento por crianças a longo prazo. Consequências essas que até hoje não estão muito bem descritas.

Na bula da Ritalina®, a indicação principal é para o tratamento do TDAH, mas também pode ser usado para narcolepsia (distúrbio do sono). Além disso, é destacado que *não deve ser utilizado por crianças com menos de seis anos de idade* (grifo nosso). Dentre os efeitos colaterais mais comuns desse medicamento, que acometem mais de 10% dos pacientes, estão: dor de garganta e coriza; diminuição do apetite; nervosismo; dificuldades para dormir; náuseas e boca seca. Dentre as reações mais graves que o medicamento pode causar destacamos: sinais de distúrbios dos vasos sanguíneos cerebrais, batimentos cardíacos acelerados e dor no peito, espasmos musculares, alucinações e desmaios.

Fica claro, portanto, o quão expressivo é, atualmente, o uso do metilfenidato e sua forte relação com a medicalização de crianças em idade escolar. É imprescindível que profissionais da educação compreendam as causas e as consequências desse fenômeno, pois a patologização das emoções e dos comportamentos pode causar danos à vida de muitas crianças (MOYSÉS et al, 2019).

A atuação da figura médica no contexto educacional não é algo exclusivamente contemporâneo. No Brasil, o higienismo foi um movimento que marcou a presença dos saberes médicos dentro das escolas com objetivo marcado pela busca do controle: a normatização social.

O ambiente escolar, desde seu início, organizou-se como um espaço disciplinador, sempre com normas rígidas a serem rigorosamente seguidas pelos alunos. No século XVIII, com a organização em fileiras, começa a definir-se e a separar os indivíduos por ordem de escolarização. A organização de um espaço serial permitiu superar o sistema tradicional (um aluno que trabalha por alguns minutos com o professor, enquanto o restante do grupo permanecia ocioso e sem vigilância) e passou a ser possível o controle de cada um por meio de um trabalho simultâneo com todos. O espaço da escola passa a ser assim “uma máquina de ensinar, mas também de vigiar, de hierarquizar, de recompensar” (FOUCAULT, 1987, p.

126). A vigilância sobre a conduta dos alunos dentro da escola ganhou ainda mais espaço com o movimento do higienismo, instaurado no Brasil entre os séculos XIX e XX.

As origens históricas da medicalização escolar no Brasil dão-se com a presença dos chamados médicos higienistas nas escolas. A fala dos higienistas acompanhou diversos processos de transformação de âmbito social, político e econômico na sociedade brasileira e expressou o pensamento daqueles que objetivavam modernizar o país - a elite dominante (MANSANERA; SILVA, 2000).

Os higienistas acreditavam que uma criança bem fiscalizada seria por consequência um adulto com atitudes condizentes ao ideal desejado (LUENGO, 2009). “Interessava aos médicos de então tratar o que se configurava como desordens das condições das crianças em se tornarem adultos plenos no exercício de suas funções intelectuais e morais” (GUARIDO, 2007, p. 155).

Buscava-se, dessa maneira, obter uma população menos questionadora e mais padronizada, que seguisse os preceitos sociais estabelecidos e que cumprisse com destreza seu papel de cidadão. Fiscalizar desde cedo os comportamentos e as atitudes seria uma estratégia fundamental para que a sociedade no futuro fosse composta de adultos com condutas ideais às esperadas. Sendo vista como ser passível de transformações, encontrou-se na criança aquilo que Foucault (1987) define como um “corpo dócil”.

Dessa forma, a influência dos ideais propostos pelos médicos adeptos ao movimento, colocava a escola como ponto de partida para a formação do futuro cidadão moral. A criança vista como mais flexível e como mais maleável passa a ser um dos focos das ideias higienistas, já que, começando o processo de normatização social desde a infância, a sociedade, no futuro, seria composta por adultos dentro do padrão moral esperado. Com isso, o professor passou a preocupar-se, dentre outras coisas, com o diagnóstico de possíveis problemas manifestados por seus alunos que fossem passíveis de intervenção médica. O olhar do educador deixa de ser apenas pedagógico e passa a ser, também, clínico. Saúde e Educação tornaram-se partes indissociáveis “[...] na implantação de um programa de normalização e moralização, que visava manter um forte pilar social - a ordem - pelos bons hábitos” (LUENGO, 2009, s/p).

Contudo, hoje, a medicalização atinge um significado ainda mais expressivo e preocupante. O uso de medicamentos para tratar crianças com diagnósticos feitos por meio de relatos de sintomas como “desatenção”, “inquietação” e “dificuldades de aprendizado”,

aumentou, significativamente, nas três últimas décadas do século XXI. Nesse sentido, as estratégias biopolíticas ganharam um novo aliado: o medicamento.

De maneira geral, o aumento no consumo do metilfenidato é consequência de um aumento no número de diagnósticos de transtornos para os quais o metilfenidato é indicado como tratamento. Nesse sentido, buscamos discorrer, neste artigo, sobre as publicações acerca do tema, a fim de compreendermos as controvérsias na área da educação sobre o uso desse medicamento tão consumido por estudantes brasileiros. Esta pesquisa consiste em um levantamento de artigos publicados sobre medicalização da infância, objetivando construir um panorama das publicações sobre a temática. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, analisamos os seguintes indicadores: ano de publicação dos artigos selecionados, revistas, autores e suas áreas de estudo, métodos utilizados e contribuições dos estudos aos professores e profissionais da área educacional.

## 2 Metodologia

Buscando obter um panorama das pesquisas vigentes com relação ao tema medicalização da infância e traçar um perfil das pesquisas publicadas sobre o assunto nos últimos anos, realizamos uma pesquisa bibliográfica, compreendendo os artigos publicados no período de 2002 a 2017.

Como base de busca, utilizamos a plataforma *on-line* BVS-PSI (<http://www.bvs-psi.org.br/>) que abrange grande número de artigos e de periódicos da área da Psicologia. A escolha por essa plataforma deu-se por ser fonte de dados de elevado grau de confiabilidade no que diz respeito às produções científicas e mesmo as publicações sendo, em sua maioria, da área da Psicologia, entendemos que a contribuição do conhecimento dessa área para a Educação é fundamental. Foram utilizadas de forma combinada as palavras-chave “medicalização”, “infância” e “educação”, e acessados os resumos LILACS (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde).

### 2.1 Critérios de exclusão e inclusão dos artigos

As obras selecionadas para o estudo seguiram alguns critérios: pesquisas realizadas em um período de 15 anos, compreendendo os anos de 2002 a 2017, escritas em língua portuguesa e que traziam no título ou resumo os unitermos *medicalização da infância* ou *medicalização da educação*. Artigos que não atendiam a esses critérios foram excluídos.

Dentre os artigos levantados, selecionamos 30 publicações, dentre as quais, uma é dissertação de mestrado, outra, a resenha de um livro e as outras vinte e oito são artigos científicos.

## 2.2 Procedimento

Nas bases de busca combinamos “medicalização” “and” “educação”, obtendo 84 resultados. Considerando os critérios pré-estabelecidos para a seleção de artigos, apenas 19 foram selecionados. Depois, foram combinados os descritores “medicalização” “and” “infância”. Com essa pesquisa, obtivemos 40 resultados, dos quais onze artigos foram selecionados. Ressaltamos que a busca foi feita em dezembro de 2018.

Selecionamos, então, 30 artigos, os quais foram lidos e neles destacamos algumas informações, tais como: definição de medicalização, objetivos do estudo, método e conclusões. A relação dos artigos selecionados está no Quadro 1 a seguir, com os autores e ano de publicação.

Quadro 1 – Relação dos artigos selecionados para a pesquisa

<b>Autores</b>	<b>Ano</b>
Amatto, Lia de Luna; Alves, Vera Lucia Pereira.	2016
Gomes, Cláudia Aparecida Vladerramas; Castro, Naeli Simoni de.	2017
Souza, Marilene Proença Rebello de; Gomes, Aline Morais Mizutani; Checchia, Ana Karina Amorim; Lara, Juliana Sano de Almeida; Roman, Marcelo Domingues	2016
Coutinho, Luciana Gageiro; Carneiro, Cristiana.	2016
Cruz, Murilo Galvão Amancio; Okamoto, Mary Yoko; Ferrazza, Daniele de Andrade	2016
Silva, Davi Cavalcante Roque da	2015
Passone, Eric Ferdinando Kanai.	2015
Viégas, Lygia de Sousa; Harayama, Rui Massato; Souza, Marilene P. Rebello de.	2015
Signor, Rita de Cassia Fernandes; Santana, Ana Paula de Oliveira.	2015
Cord, Denise; Gesser, Marivete; Nunes, Alana de S. Branis; Storti, Moysés M. Tosta.	2015
Lemos, Flávia Cristina Silveira.	2014
Calado, Vânia Aparecida.	2014
Bastos, Helivalda Pedroza	2013
Decotelli, Kely M.; Bohre, Luiz Carlos Teixeira; Bicalho, Pedro Paulo Gastalho de.	2013
Beltrame, Marina Maria; Boarini, Maria Lúcia.	2013
Matos, Lucy Duró.	2010
Guarido, Renata; Voltolini, Rinaldo.	2009
Nakamura, Mariana Sathie; Lima, Vanessa Ap. Alves de; Tada, Iracema Neno Cecilio; Junqueira, Maria Hercília Rodrigues.	2008
Zucoloto, Patrícia Carla Silva do Vale.	2007
Vizotto, Luana Paula; Ferrazza, Daniele de Andrade.	2017
Freitas, Cláudia Rodrigues de; Baptista, Claudio Roberto.	2017
Ferreira, Rodrigo Ramires	2015
Almeida, Maíra Lopes; Freire, Joyce Gonçalves; Próchno, Caio César S. Camargo.	2016

Lemos, Flávia Cristina Silveira; Galindo, Dolores; Rodrigues, Robert Damasceno.	2014
Leonardo, Nilza Sanches Tessaro; Suzuki, Mariana Akemi.	2016
Figueira, Paula Lampé; Caliman, Luciana Vieira.	2014
Neto, Fuad Kyrillos; Santos, Rodrigo Afonso Nogueira.	2013
Kamers, Michele	2013
Brzozowski, Fabíola Stolf; Caponi, Sandra Noemi Cucurullo de.	2013
Taverna, Carmem Silvia Rotondano.	2011

Fonte: elaborado pelas autoras.

A análise das informações obtidas foi realizada com base nos itens de análise de Lima e Lima (2017). Interpretamos, portanto, os seguintes dados: ano de publicação, as revistas onde os artigos foram publicados, a formação dos autores, métodos utilizados e suas contribuições para a área da Educação.

### 3 Resultados

Ao analisarmos as publicações selecionadas a partir dos critérios de exclusão e de inclusão propostos, observamos não haver artigos publicados sobre o tema medicalização antes do ano de 2007. Esse dado reduziu o período de nossa investigação para dez anos. Entre 2007 e 2011, encontramos apenas um artigo por ano que tratava sobre o tema medicalização da infância. No ano de 2012, nenhum artigo sobre esse assunto foi encontrado. Em 2013, identificamos seis publicações, o mesmo número também nos anos de 2015 e de 2016. Em 2014, quatro artigos e no ano de 2017, três artigos. Os dados estão explicitados no Quadro 2.

Quadro 2 – Publicações por ano.

Ano	Publicações	%
2002-2006	0	0,00
2007	1	3,33
2008	1	3,33
2009	1	3,33
2010	1	3,33
2011	1	3,33
2012	0	0,00
2013	6	20,00
2014	4	13,33
2015	6	20,00
2016	6	20,00
2017	3	10,00

Fonte: elaborado pelas autoras.

Diante de um tema tão importante para a educação, consideramos o número de publicações ainda muito pequeno. Apesar de termos saído de um cenário de total ausência de

pesquisas sobre o tema, estamos, ainda, começando um processo de consolidação no que diz respeito às pesquisas na área da educação sobre o assunto.

Buscando compreender qual público tem acesso às pesquisas publicadas relacionadas ao tema da medicalização da infância, optamos por analisar as fontes de divulgação dos estudos. Os 30 artigos analisados estão dispostos em 20 revistas diferentes, como mostra o Quadro 3.

Quadro 3 – Revistas em que os artigos foram publicados

<b>Revistas</b>	<b>Publicações</b>	<b>%</b>
Psicologia Escolar e Educacional	5	16,66
Psicologia: Ciência e Profissão	4	13,33
Estilos da Clínica	3	10,00
Psicologia Clínica	2	6,66
Interface – Comunicação, Saúde, Educação	1	3,33
Psicologia da Educação	1	3,33
Memorandum – Memória e História em Psicologia	1	3,33
Ciência e Saúde Coletiva	1	3,33
Distúrbios da Comunicação	1	3,33
Psico – USF	1	3,33
Revista da Associação Brasileira de Psicopedagogia	1	3,33
Educar em Revista	1	3,33
Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano	1	3,33
Estudos de Psicologia (Natal)	1	3,33
Psicologia em Estudo	1	3,33
Psicologia e Sociedade	1	3,33
Pesquisas e Práticas Psicossociais	1	3,33
Fractal: Revista de Psicologia	1	3,33
Vínculo	1	3,33
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da USP	1	3,33

Fonte: elaborado pelas autoras.

Como as buscas foram feitas na base de dados BVS-PSI, que reúne publicações da área da Psicologia, evidentemente, as revistas em que estão disponíveis as publicações são, em sua maioria voltadas para a Psicologia. Áreas afins como Educação, Comunicação e Saúde aparecem também. Destaca-se a Revista Psicologia Educacional e Escolar, na qual cinco artigos no período pesquisado foram publicados. Essa foi a maior concentração de publicações sobre o tema dentre as demais revistas, provavelmente, por voltar-se a públicos tanto da Psicologia quanto da Educação. O direcionamento de tais revistas ao público voltado para as áreas de Psicologia, de Educação, de Saúde e de Comunicação demonstra haver

interesse por parte dos profissionais destas áreas sobre a compreensão do fenômeno “medicalização da infância”.

Consideramos positiva a presença do tema em periódicos voltados para a área da Educação, como a Educar em Revista. Apesar do número pouco expressivo de artigos sobre o tema, a presença deles em revistas direcionadas ao público de profissionais da Educação é muito importante, pois o conhecimento contribui para o entendimento de fatores e de processos fundamentais para a Educação. Destacamos que a Psicologia é a área de maior evidência, no que diz respeito aos estudos sobre o assunto. Essa tendência confirma-se quando analisamos os autores dos artigos publicados.

Os trinta artigos foram escritos por 61 autores diferentes. Contudo, duas pesquisadoras (Flávia Cristina Silveira Lemos e Marilene Proença Rebello de Souza) aparecem como autoras em dois dos artigos. Dez artigos tiveram apenas um autor cada; doze foram publicados por dois autores cada; e oito trabalhos têm mais de dois pesquisadores em sua autoria.

Quanto à área de pesquisa dos autores, dos trinta artigos analisados, 27 foram escritos por pelo menos um autor da área da Psicologia. Isso, relacionado à grande incidência de conteúdo disponível em revistas da área da Psicologia, confirma grande interesse por profissionais dessa área em estudar, explicar e compreender o fenômeno da medicalização da infância. A maioria (23 artigos) foi escrita exclusivamente por pesquisadores da Psicologia.

Quadro 4 – Área de Pesquisa dos Autores

<b>Ano</b>	<b>Publicações</b>	<b>%</b>
Psicologia (pelo menos um autor da Psicologia)	27	90,00
Psicologia (apenas autores da Psicologia)	23	76,66
Psicologia e Pedagogia	3	10,00
Fonoaudiologia	1	3,33
Ciências Sociais e Psicologia	1	3,33
Pedagogia	1	3,33
Fármacia e Filosofia	1	3,33

Fonte: elaborado pelas autoras.

Na descrição dos dados com relação aos métodos utilizados nas investigações, constatamos que 13 (43,33%) publicações analisadas são discussões teóricas sobre a temática. Quatro publicações (13,32%) realizam análise documental (dois foram análise de prontuários clínicos). Três estudos (10%) realizaram entrevistas semiestruturadas ou semidirigidas. Dois

trabalhos (6,66%) fazem de maneira combinada o uso de análise documental e entrevistas para atingir seus objetivos. O quadro abaixo apresenta tais dados:

Quadro 5 – Método das pesquisas

<b>Método</b>	<b>Publicações</b>	<b>%</b>
Discussões teóricas	13	43,33
Análise documental	4	13,32
Entrevistas (semiestruturadas/semidirigidas)	3	10,00
Análise documental e entrevista semiestruturada	2	6,66
Relato de experiência	1	3,33
Estudo de caso	1	3,33
Pesquisa intervenção	1	3,33
Revisão da produção científica	1	3,33
Análise crítica	1	3,33
Resenha de livro	1	3,33
Análise de práticas discursivas e entrevista semiestruturada	1	3,33
Pesquisa de campo, estudo de caso e entrevista semiestruturada	1	3,33

Fonte: elaborado pelas autoras.

Salientamos que dos trinta artigos estudados, nove (30%) coletaram dados com participação de sujeitos. São eles: professores, coordenadores pedagógicos, diretores de escola, assistente técnico-pedagógico, auxiliar de laboratório, médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem, estudantes de Psicologia, psicólogos, familiares e crianças de 6 a 11 anos.

Dos 30 artigos selecionados para análise, nove (30%) não trazem uma definição do termo “medicalização”. Os demais artigos (70%) apresentam definições do termo próprias ou baseadas nos seguintes autores: Moysés e Collares (2010), Christofari, Freitas e Baptista (2015), Conrad (1992), Conrad (2007), Kantoviski e Vargens (2010), Garrido e Moysés (2010), Irving Zola (1972), Collares e Moysés (1994), Gonçalves (2007) e no Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade. Todas as definições apresentam um posicionamento crítico frente ao uso de medicamentos. Aos que não definem o conceito de medicalização, ainda assim, nota-se uma tendência contrária ao uso, uma vez que são problematizadas questões pertinentes a esse fenômeno. Mesmo com objetivos distintos, todos os estudos se assemelham justamente neste ponto: a problematização da medicalização da infância e a apresentação de uma visão crítica frente a essa questão.

Tendo em vista que todos os artigos selecionados apontam para uma tendência crítica quanto ao fenômeno da medicalização da infância, buscamos descrever as contribuições para a superação da prática medicalizante dentro do contexto infantil e escolar trazidos em sete dos

artigos analisados. Destes, somente dois artigos trazem uma alternativa prática/metodológica para a superação da medicalização e de questões relacionadas, como queixa escolar, fracasso escolar e desatenção. Os demais trazem reflexões acerca da medicalização e propõem imperativos como “*pensar*”, “*repensar*”, “*debater*” e “*discutir*” o fenômeno.

Matos (2010) propõe o “Mind Map”<sup>1</sup> como atividade voltada ao desenvolvimento de funções psicológicas superiores, alternativa para a superação de problemas no contexto educacional, tais como a medicalização excessiva. Amatto e Alves (2016) colocam a aprendizagem significativa proposta por Carl Rogers<sup>2</sup>, como uma resposta à inclusão escolar que a distanciaria de práticas estáticas e da medicalização. A aprendizagem significativa, segundo os autores, consiste em “(...) uma aprendizagem experiencial, que envolve o pensar e o sentir e que é totalizadora, isto é, provoca mudanças no comportamento ou até mesmo na personalidade do educando” (p.234). Decotelli, Bohrer e Bicalho (2013) promovem em seu artigo uma reflexão acerca do não aprender, do uso excessivo de Ritalina e da associação ao conceito de biopolítica. Em suas considerações, discutem a possibilidade de uma “desnaturalização da norma em prol da busca por caminhos singulares” (p. 457), de modo a refletir e compreender os saberes médicos, a infância e a escola como produções históricas e também sociais.

Lemos (2014) explica que a medicalização faz calar o ato mínimo de resistência. Lemos, Galindo e Rodrigues (2014) afirmam que a medicalização não só da educação, mas da vida, de maneira geral, não é objetivo de programas governamentais ou multilaterais, mas um de seus efeitos. Ao analisarem documentos e relatórios da UNICEF Brasil, os autores concluem que as práticas previstas em tais documentos apesar de objetivarem garantir os direitos das crianças e adolescentes, acabam se relacionando com intervenções higienistas e projetos de medicalização. Ainda nesse sentido, Gomes e Simoni-Castro (2017) consideram a medicalização como um marcador social discriminador. Kamers (2013) reflete sobre a forma como o saber psiquiátrico adentrou e respondeu as demandas sociais realizando uma

---

<sup>1</sup> “*Mind Map*” é um instrumento desenvolvido para registrar o conhecimento de maneira multidimensional, visual e lúdica (MATOS, 2010).

<sup>2</sup> Psicólogo norte-americano que criou um modelo de educação centrado no estudante com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento da autonomia da criança nos processos de aprendizagem. Acreditava que as motivações e interesses vindas dos próprios estudantes, proporcionariam uma aprendizagem significativa. (AMATTO; ALVES, 2016).

normatização dos comportamentos por meio de remédios. A autora considera que, dessa forma, os medicamentos são substitutos das camisas de forças.

Notamos que os artigos analisados apresentam a preocupação em questionar a medicalização e os excessivos diagnósticos de problemas de comportamento e de aprendizagem. Muitos desses artigos apresentam propostas voltadas para educadores e/ou profissionais de saúde, sobre a importância de repensar e debater sobre o cenário medicalizante em que as escolas e crianças estão imersos, colocando, assim, esse tema em evidência para tais profissionais e permitindo que se tenha uma visão mais ampla e crítica sobre o tema. Acreditamos que a unanimidade dos artigos analisados apresenta olhar crítico sobre o tema decorrente do fato de a maioria dos autores serem da Psicologia.

#### **4 Considerações finais**

Neste texto, trouxemos uma breve reflexão sobre a medicalização da infância, a partir de contextos históricos e de discussões atuais, conhecendo as implicações referentes ao uso de psicotrópicos por crianças e por jovens diagnosticados com transtornos de comportamento ou de aprendizagem. O crescente consumo de tais medicamentos é reflexo de uma sociedade que cada vez mais adere à lógica medicalizante. Transforma-se o espaço da escola em um espaço em que despontam diagnósticos ou laudos de diversos transtornos. Não se pensa em outros fatores que podem ser causa dos problemas de “desatenção” ou “indisciplina” (vistos como sintomas de doenças). Não há reflexão acerca do que acontece dentro ou fora do ambiente escolar, desviando-se a atenção de possíveis discussões acerca do assunto no âmbito pedagógico para a aceitação do uso dos medicamentos que “tratam” as crianças “doentes”.

Para compreender de maneira mais clara o fenômeno e suas consequências e objetivando traçar um perfil das pesquisas científicas referentes à medicalização da infância e/ou medicalização da educação, investigamos as produções acadêmicas publicadas em um íterim de quinze anos. Para tanto, valemo-nos de artigos que tratavam da temática, destacando o ano em que foram publicados, as revistas e a área de atuação dos autores. Também descrevemos os objetivos e os métodos utilizados pelos autores.

Evidenciamos que, gradualmente, tem aumentado o interesse por investigar sobre a medicalização da infância na área da educação, embora de forma bem mais tímida do que o crescente consumo de medicamentos psicotrópicos. Notamos também um aumento paulatino da preocupação quanto ao uso de tais medicamentos por crianças e por adolescentes e as

possíveis consequências desse uso. Contudo, foram poucos os artigos encontrados correspondentes à temática, pois até o ano de 2007 não encontramos nenhum artigo sobre o tema, de acordo com os critérios de inclusão e exclusão adotados para se fazer a pesquisa. Nos anos de 2013, de 2015 e de 2016, concentram-se 60% das publicações. Reiteramos o interesse pela temática por estudiosos de Psicologia, visto que 90% dos artigos foram escritos por pelo menos um autor da área. É interessante destacar que, em 2013, houve o III Seminário Internacional “A Educação Medicalizada”, em São Paulo, e, em 2015, na cidade de Salvador, o IV Seminário.<sup>3</sup> Levantamos como hipótese que as discussões nos eventos podem ter alguma influência no aumento de pesquisas e de publicações sobre o tema.

Sobre a Educação, constatamos que 13,33% dos artigos foi escrito por pelo menos um pedagogo. Quanto às áreas de investigação das revistas, a Psicologia predomina como área de interesse, seguida da Educação, da Saúde e da Comunicação. Na metodologia dos artigos, 43,33% foram pesquisas teóricas e as demais destacam-se por serem empíricas, muitas delas fazendo uso de entrevistas com professores e gestores, mas também com profissionais da saúde, psicólogos, estudantes e familiares.

Salientamos que todos os artigos apresentam posicionamento crítico e contrário à medicalização da infância. Os artigos reforçam a necessidade de uma reflexão crítica acerca da medicalização dos comportamentos infantis, porque o ato de refletir associado a uma discussão feita, especialmente por aqueles que estão em contato diário com crianças que fazem uso do metilfenidato, é fundamental para que haja um movimento contrário a este processo de medicalização desenfreada que vem ocorrendo na contemporaneidade. É necessário pensar muito além do indivíduo rotulado por possuir um diagnóstico e, conseqüentemente, responsabilizá-lo pelo fracasso escolar. É importante analisar os diversos contextos em que a criança está inserida para que não tenha uma simples transferência de responsabilidade de problemas, que podem ser de origem social/coletiva, para uma solução biológica.

Reforçamos a necessidade de haver mais debates sobre o tema, com a contribuição entre as diversas áreas de conhecimento, principalmente da Psicologia e da Educação. É extremamente importante para pensarmos a medicalização em sentido mais amplo, buscando englobar todos os fatores e sujeitos envolvidos no fenômeno. Acreditamos que a presente

---

<sup>3</sup> Mais informações em <http://seminario5.medicalizacao.org.br/edicoes-anteriores/>.

pesquisa possa colaborar para que haja uma compreensão acerca do que a literatura científica atual traz sobre a medicalização da infância no contexto educacional.

### Referências Bibliográficas

ALMEIDA, M. L.; FREIRE, J. G.; PROCHNO, C. C. S. C. O sintoma da criança na história da psicanálise e na contemporaneidade: contribuições para uma prática despatologizante. **Estilos clin.**, São Paulo, v. 21, n. 2, p. 302-320, ago 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/estic/v21n2/a03v21n2.pdf>. Acesso em 5 abr 2020.

AMATTO L. L., ALVES, V. L. P. Uma reflexão a respeito da educação inclusiva e medicalização da infância a partir das ideias de Carl Rogers sobre educação. **Memorandum: Memória E História Em Psicologia**, Belo Horizonte, v. 30, p. 224-242. 2016. Disponível em <https://periodicos.ufmg.br/index.php/memorandum/article/view/6498>. Acesso em 4 abr 2020.

ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Estudo aponta crescimento no consumo de metilfenidato**. 2013. Disponível em: [http://portal.anvisa.gov.br/resultado-de-busca?p\\_p\\_id=101&p\\_p\\_lifecycle=0&p\\_p\\_state=maximized&p\\_p\\_mode=view&p\\_p\\_col\\_id=column1&p\\_p\\_col\\_count=1&\\_101\\_struts\\_action=%2Fasset\\_publisher%2Fview\\_content&\\_101\\_assetEntryId=2673362&\\_101\\_type=content&\\_101\\_groupId=219201&\\_101\\_urlTitle=estudo-aponta-crescimento-no-consumo-de-metilfenidato&inheritRedirect=true](http://portal.anvisa.gov.br/resultado-de-busca?p_p_id=101&p_p_lifecycle=0&p_p_state=maximized&p_p_mode=view&p_p_col_id=column1&p_p_col_count=1&_101_struts_action=%2Fasset_publisher%2Fview_content&_101_assetEntryId=2673362&_101_type=content&_101_groupId=219201&_101_urlTitle=estudo-aponta-crescimento-no-consumo-de-metilfenidato&inheritRedirect=true). Acesso em 3 jan 2019.

BASTOS, H. P. **Saúde e educação**: reflexões sobre o processo de medicalização. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BELTRAME, M. M.; BOARINI, M. L. Saúde mental e infância: reflexões sobre a demanda escolar de um CAPSi. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 336-349, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v33n2/v33n2a07.pdf>. Acesso em 5 abr 2020.

BENEDETTI, M. D. *et al.* Medicalização e educação: análise de processos de atendimento em queixa escolar. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 22, n. 1, p. 73-81, abr 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pee/v22n1/2175-3539-pee-22-01-73.pdf>. Acesso em 9 abr 2020.

BRITTO, P. Droga para déficit de atenção tem uso excessivo, diz estudo. **Folha de São Paulo**. São Paulo, 03 mai 2011. Disponível em <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/saude/sd0305201101.htm>. Acesso em 9 abr 2020.

BRZOZOWSKI, F. S.; BRZOZOWSKI, J. A.; CAPONI, S. Classificações interativas: o caso do Transtorno de Déficit de Atenção com Hiperatividade infantil. **Interface**, Botucatu, v. 14, n. 35, p. 891-904, dez 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/icse/v14n35/2810.pdf>. Acesso em 3 jul 2019.

BRZOZOWSKI, F. S.; CAPONI, S. N. C. Medicalização dos desvios de comportamento na infância: aspectos positivos e negativos. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 33, n. 1, p. 208- 221,

2013. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v33n1/v33n1a16.pdf>. Acesso em 5 abr 2020.

CALADO, V. A. Estágio em psicologia escolar e educacional: ruptura com a medicalização da educação. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 18, n. 3, p. 567-569, dez 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pee/v18n3/1413-8557-pee-18-03-0567.pdf>. Acesso em 5 abr 2020.

COLLARES, C. L.; MOYSÉS, M. A. A. A transformação do espaço pedagógico em espaço clínico (A Patologização da Educação). *Série Ideias* (23), São Paulo, FDE, 25-31. 1994.

CONCERTA® (cloridrato de metilfenidato). Janssen. Bula de remédio. Disponível em <https://bula.medicinanet.com.br/bula/1641/concerta.htm>. Acesso em 4 abr 2020.

CONRAD, P. Medicalization and social control. **Annual Review of Sociology**. v.18, p.209 - 232, 1992.

CONRAD, P. The medicalization of society: On the transformation of human conditions into treatable disorders. **Baltimore**: The John Hopkins University Press. 2007.

CORD, D. *et al.* As Significações de Profissionais que Atuam no Programa Saúde na Escola (PSE) Acerca das Dificuldades de Aprendizagem: Patologização e Medicalização do Fracasso Escolar. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 35, n. 1, p. 40-53, mar 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v35n1/1414-9893-pcp-35-01-00040.pdf>. Acesso em 5 abr 2020.

COUTINHO, L. G.; CARNEIRO, C. Infância, adolescência e mal-estar na escolarização: interlocuções entre a psicanálise e a educação. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 109-129, 2016. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pc/v28n2/07.pdf>. Acesso em 4 abr 2020.

CHRISTOFARI, A. C., FREITAS, C. R. de; BAPTISTA, C. R. Medicalização dos modos de ser e de aprender. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, 40(4), 1079-1102, 2015.

CRUZ, M. G. A.; OKAMOTO, M. Y.; FERRAZZA, D. A. O caso Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e a medicalização da educação: uma análise a partir do relato de pais e professores. **Interface**, Botucatu, v. 20, n. 58, p. 703-714, set 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/icse/v20n58/1807-5762-icse-1807-576220150575.pdf>. Acesso em 4 abr 2020.

DECOTELLI, K. M.; BOHRE, L. C. T.; BICALHO, P. P. G. A droga da obediência: medicalização, infância e biopoder: notas sobre clínica e política. **Psicol. cienc. prof.**, Brasília, v. 33, n. 2, p. 446-459, 2013. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v33n2/v33n2a14.pdf>. Acesso em 5 abr 2020.

DOMITROVIC, N.; CALIMAN, L.V. As controvérsias sócio-históricas das práticas farmacológicas com o metilfenidato. **Psicol. Soc.** Belo Horizonte, v.29, e.163163, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v29/1807-0310-psoc-29-e163163.pdf>. Acesso em 5 mar 2019.

FERREIRA, R. R. A medicalização nas relações saber-poder: um olhar acerca da infância medicalizada. **Psicologia em Estudo**, v. 20, n. 4, p. 587-598, 2015. Disponível em <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/28669/pdf>. Acesso em 5 abr 2020.

FIGUEIRA, P. L.; CALIMAN, L. V. Considerações sobre os movimentos de medicalização da vida. **Psicol. clin.**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 2, p. 17-32, dez 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pc/v26n2/02.pdf>. Acesso em 5 abr 2020.

FÓRUM SOBRE MEDICALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO E SOCIEDADE. **Manifesto do Fórum sobre Medicalização da Educação e da Sociedade**. Brasil. Disponível em: <http://medicalizacao.org.br/manifesto-do-forum-sobre-medicalizacao-da-educacao-e-da-sociedade/>. Acesso em: 24 jul. 2019.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**, tradução de Raquel Ramallete. 17. ed. Petrópolis, Vozes, 1987.

FREITAS, C. R.; BAPTISTA, C. R. A atenção, a infância e os contextos educacionais. **Psicol. Soc.**, Belo Horizonte, v. 29, e140387, 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v29/1807-0310-psoc-29-e140387.pdf>. Acesso em 5 abr 2020.

GARRIDO, J.; MOYSÉS, M. A. A. Um panorama nacional dos estudos sobre a medicalização da aprendizagem de crianças em idade escolar. In: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo (Org.). **Medicalização de Crianças e Adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais a doenças de indivíduos**. (p. 149-162). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010.

GOMES, C. A. V.; SIMONI-CASTRO, N. Medicalização Escolar em Periódicos de Psicologia e Educação no Triênio 2010-2012. **Psico-USF**, Campinas, v. 22, n. 3, p. 425-436, dez 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pusf/v22n3/2175-3563-pusf-22-03-425.pdf>. Acesso em 4 abr 2020.

GONÇALVES, M. L. F. E. **DSMS e depressão: dos sujeitos singulares aos transtornos universais**. Dissertação de Mestrado, Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2007.

GUARIDO, R. A biologização da vida e algumas implicações do discurso médico sobre a educação. In: Conselho Regional de Psicologia de São Paulo; Grupo Interinstitucional Queixa Escolar (org.). **Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais e doenças de indivíduos**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2010. p. 27-40.

GUARIDO, R. A medicalização do sofrimento psíquico: considerações sobre o discurso psiquiátrico e seus efeitos na Educação. **Educ. Pesqui.** São Paulo, v. 33, n. 1, p.151-161, abr 2007. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ep/v33n1/a10v33n1.pdf>. Acesso em 24 fev 2019.

GUARIDO, R.; VOLTOLINI, R. O que não tem remédio, remediado está? **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 25, n. 1, p. 239-263, abr 2009. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/edur/v25n1/14.pdf>. Acesso em 5 abr 2020.

KAISER, M. L. “**Geração Ritalina**”: o boom das vendas do remédio tarja preta pelos olhos do jornalismo literário. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Habilitação em Jornalismo). Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

LACET, C.; ROSA, M. D. Diagnóstico de Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e sua história no discurso social: desdobramentos subjetivos e éticos. **Psicologia Revista**, São Paulo, v. 26, n. 2, p. 231-253, nov 2017. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/psicorevista/article/view/27565>. Acesso em 29 set 2019.

LEMOS, F. C. S. A medicalização da educação e da resistência no presente: disciplina, biopolítica e segurança. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 18, n. 3, p. 485-492, dez 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pee/v18n3/1413-8557-pee-18-03-0485.pdf>. Acesso em 5 abr 2020.

LEMOS, F. C. S.; GALINDO, D.; RODRIGUES, R. D. Processos de medicalização de crianças e adolescentes nos relatórios do Unicef. **Pesqui. prá. psicossociais**, São João del-Rey, v. 9, n. 2, p. 201-212, dez 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v9n2/06.pdf>. Acesso em 5 abr 2020.

LEONARDO, N. S. T.; SUZUKI, M. A. Medicalização dos problemas de comportamento na escola: perspectivas de professores. **Fractal, Rev. Psicol.**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 1, p. 46-54, abr 2016. Disponível em [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-02922016000100046&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922016000100046&lng=en&nrm=iso). Acesso em 5 abr 2020.

LIMA, L. N.; LIMA, M. L. C. Medicalização da educação: investigação acerca da produção bibliográfica brasileira. **Revista Cesumar**, Maringá, v. 22, n. 2, p. 463-477, jul/de 2017. Disponível em <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/revcesumar/article/view/6146/3121>. Acesso em 18 fev 2019.

LUENGO, F. C. **A vigilância punitiva**: a postura dos educadores no processo de patologização e medicalização da infância. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, 2009.

KAMERS, M. A fabricação da loucura na infância: psiquiatrização do discurso e medicalização da criança. **Estilos clin.**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 153-165, abr 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/estic/v18n1/a10v18n1.pdf>. Acesso em 5 abr 2020.

KANTOVISKI, A. L. L.; VARGENS, O. M. C. O cuidado à mulher que vivencia a menopausa sob a perspectiva da desmedicalização. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, [S.l.], v.12 n. 3, p. 567-570, 2010.

MANSANERA, A. R.; SILVA, L. C. A influência das idéias higienistas no desenvolvimento da psicologia no Brasil. **Psicol. estud.**, Maringá, v. 5, n. 1, p.115-137, mar 2000. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pe/v5n1/v5n1a08.pdf>. Acesso em 24 fev 2019.

MATOS, L. D. Mind map como instrumento psicopedagógico de mediação para o desenvolvimento das funções psicológicas superiores. **Rev. psicopedag.**, São Paulo, v. 27, n. 84, p. 395-404, 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v27n84/v27n84a09.pdf>. Acesso em 5 abr 2020.

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. Dislexia e TDAH: uma análise a partir da ciência médica. In Conselho Regional de Psicologia de São Paulo; Grupo Interinstitucional Queixa Escolar (Org.), **Medicalização de crianças e adolescentes: conflitos silenciados pela redução de questões sociais e doenças de indivíduos** (p. 71-110). São Paulo: Casa do Psicólogo.2010.

MOYSÉS, M. A. A. et al. Na contramão da patologização. In.: Lucia Masini, L. et al. Caderno Temático n° 33 – **Patologização e medicalização das vidas: reconhecimento e enfrentamento** - parte 1. São Paulo: CRP 06. · 1ª Edição, 2019. Disponível em: <https://www.crp.org/uploads/impresso/2712/2REvRIZxOwmcqcla4uOjLBNciVBD6yAr.pdf>. Acesso em 9 abr. 2020.

NAKAMURA, M. S. *et al.* Desvendando a queixa escolar: um estudo no Serviço de Psicologia da Universidade Federal de Rondônia. **Psicol. Esc. Educ. (Impr.)**, Campinas, v. 12, n. 2, p. 423-429, dez 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pee/v12n2/v12n2a13.pdf>. Acesso em 5 abr 2020.

NETO, F. K.; SANTOS, R. A. N. TDA/H e o Neurocentrismo: reflexões acerca dos sintomas de desatenção e hiperatividade e seu lugar no registro das bioidentidades. **Vínculo**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 38-44, maio 2013. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/vinculo/v10n1/a07.pdf>. Acesso em 5 abr 2020.

PASSONE, E. F. K. Produção do fracasso escolar e o furor avaliativo: o sujeito resiste? **Estilos clin.**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 400-421, dez 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/estic/v20n3/a04v20n3.pdf>. Acesso em 5 abr 2020.

RIBEIRO, L. S. C.; GONÇALVES, M. Ritalina e seu uso no Brasil. **Psychiatry On-line Brazil**, Botucatu, v. 20, n. 4, abr 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/icse/v14n34/aop1510.pdf>. Acesso em 25 jul 2019.

RITALINA. ® (cloridrato de metilfenidato). Novartis Biociências SA. Bula de remédio. Disponível em [http://www.anvisa.gov.br/datavisa/fila\\_bula/frmVisualizarBula.asp?pNuTransacao=24848562016&pIdAnexo=4017454](http://www.anvisa.gov.br/datavisa/fila_bula/frmVisualizarBula.asp?pNuTransacao=24848562016&pIdAnexo=4017454). Acesso em 21 jul 2019.

SIGNOR, R. C. F.; SANTANA, A. P. O. A outra face do Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade. **Distúrbios da Comunicação**, São Paulo, v. 27, n. 1, p. 39-54, mar 2015. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/dic/article/view/19700>. Acesso em 5 abr 2020.

SILVA, D. C. R. Medicalização e controle na educação: o autismo como analisador das práticas inclusivas. **Psicol. educ.**, São Paulo, n. 41, p. 109-117, dez 2015. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psie/n41/n41a08.pdf>. Acesso em 5 abr 2020.

SOUZA, M. P. R. *et al.* Psicólogos em secretarias de educação paulistas: concepções e práticas. **Psicol. Esc. Educ.**, Maringá, v. 20, n. 3, p. 601-610, dez 2016. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pee/v20n3/2175-3539-pee-20-03-00601.pdf>. Acesso em 4 abr 2020.

TAVERNA, C. S. R. Medicalização de Crianças e Adolescentes. **Psicol. Esc. Educ. (Impr.)**, Maringá, v. 15, n. 1, p. 169-171, jun 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/pee/v15n1/18.pdf>. Acesso em 5 abr 2020.

VIÉGAS, L. S.; HARAYAMA, R. M.; SOUZA, M. P. R. Apontamentos críticos sobre estigma e medicalização à luz da psicologia e da antropologia. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 9, p. 2683-2692, set 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/csc/v20n9/1413-8123-csc-20-09-2683.pdf>. Acesso em 5 abr 2020.

VIZOTTO, L. P.; FERRAZZA, D. A. A infância na berlinda: Sobre rotulações diagnósticas e a banalização da prescrição de psicofármacos. **Estud. psicol.**, Natal, v. 22, n. 2, p. 214-224, jun 2017. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/epsic/v22n2/a10v22n2.pdf>. Acesso em 5 abr 2020.

ZOLA, I.K. Medicine as an institution of social control. **The Sociological Review**, p. 487–504, 1972.

ZUCOLOTO, P. C. S. V. O médico higienista na escola: as origens históricas da medicalização do fracasso escolar. **Rev. bras. crescimento desenvolvimento humano**, São Paulo, v. 17, n. 1, p. 136-145, abr 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbcdh/v17n1/13.pdf>. Acesso em 5 abr 2020.

Artigo recebido em: 23.02.2020

Artigo aprovado em: 15.07.2020